

Para senador, rolagem não asfixiará estados

Arquivo

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador João Rocha (PFL-TO), disse esperar que sejam definidos, hoje, os percentuais de comprometimento das receitas dos estados e municípios para pagamento dos seus compromissos financeiros dentro do esquema de rolagem da dívida mobiliária, acertado com o Governo Federal. A tendência na Comissão, segundo João Rocha, é que o índice de comprometimento das receitas seja fixado entre 9% e 10%, variando conforme a capacidade financeira local.

A grande preocupação da Comissão de Assuntos Econômicos, segundo o senador João Rocha, é fixar um percentual que não implique em se asfixiar estados e municípios, a exemplo do que já ocorreu no passado, em outra rolagem, quando se fixou um comprometimento de 15% das receitas dos devedores, que não tiveram condições de cumprir com o percentual.

"O percentual a ser fixado como limite do comprometimento das receitas estaduais para o pagamento dos seus débitos junto ao Governo Federal não pode comprometer a capacidade financeira do estado e nem ameaçar o cumprimento de outros compromissos essenciais, como os de cobertura da folha de pagamentos e as despesas com FGTS e PIS/Pasep. Se o percentual de comprometimento das receitas não for fixado dentro da realidade financeira da Federação, o que acontece é que a lei não pega. Para que a Lei possa pegar ela tem de ser realista", frisa Rocha.

Transtorno — O comprometimento das receitas das unidades da Federação, obviamente, explica João Rocha, não pode ameaçar as suas obrigações com a Previdência Social e com a folha de salário. A fixação de um percentual entre 9% e 10% para todos os estados, como



Rocha: tendência é 9% a 10%

limite de comprometimento das suas receitas com o pagamento do serviço da dívida para com a União, segundo o senador, não criará transtornos para nenhum prefeito ou governador.

João Rocha disse ainda que aproximadamente 85% de toda a dívida mobiliária estão concentrados nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O limite de comprometimento que vinha sendo defendido pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, de 11%, segundo o parlamentar, é pesado demais para muitos estados. Já o limite de comprometimento defendido pelo governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, de 7,5% das receitas, pode ser considerado muito reduzido para praticamente todos os estados da Federação, comparando-se os seus graus de endividamento e seus potenciais de arrecadação. Assim, fixando-se os limites entre 9% e 10%, conforme o caso, chega-se aos limites ideais, defende o senador.

O saldo da dívida mobiliária estadual e municipal, em outubro último, somou o equivalente a US\$ 15,74 bilhões, dos quais US\$ 5,67 bilhões de São Paulo (36%), US\$ 2,95 bilhões de Minas Gerais (18,8%), US\$ 2,03 bilhões do Rio de Janeiro (13,2%), e US\$ 2,174 bilhões do Rio Grande do Sul (13,8%).